

# MOEDA DIGITAL BRASILEIRA: MOTIVAÇÕES E IMPLICAÇÕES

Tiago Antonio Máximo Sant'Ana<sup>1</sup>, José Campos de Araújo Ribeiro Neto<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Acadêmico do Curso de Ciências Econômicas, EAD/UNICESUMAR. Bolsista PIBIC/ICETI-UniCesumar. tiago.ams@hotmail.com

<sup>2</sup> Orientador, Mestre, Departamento de Administração, UNICESUMAR. jose.neto@unicesumar.edu.br

## RESUMO

Nos últimos anos tornou-se perceptível uma postura de modernização por parte de Banco Central do Brasil, a qual ganhou notoriedade ao final do ano de 2020 com o lançamento do Pix, uma nova arquitetura de pagamentos eletrônicos, e que, conforme planejamento da própria instituição, culminará com a implantação de uma moeda digital, internacionalmente denominada como CBDC (*Central Bank Digital Currency*). Nesse cenário, a presente pesquisa se propõe a investigar as causas que instigaram o Banco Central nessa inovação e quais as implicações dessa nova dinâmica monetária para a sociedade. Para tanto, será realizada uma revisão da literatura correlacionada de forma a promover uma compreensão do conceito de CBDC, partindo da definição e evolução do conceito de moeda, bem como trajetória de inovação promovida pelo Banco Central do Brasil, incluindo as propostas de CBDC em discussão e, complementarmente, o contraste das percepções sobre as implicações desta inovação para o contexto brasileiro. Como resultados desta revisão literária busca-se a elucidação do conceito de CBDC, dos motivos que justificam a sua implementação e, por fim, das expectativas de consequências sobre a economia brasileira desta inovação.

**PALAVRAS-CHAVE:** CBDC; Banco Central do Brasil; Real digital.

## 1 INTRODUÇÃO

Em meio à pandemia da COVID19, iniciada ao final do ano de 2019, foi perceptível uma consequente aceleração dos movimentos de desenvolvimento tecnológico, principalmente como meios de minimizar o contato humano de forma a mitigar a transmissão do vírus. No sistema financeiro não foi diferente, e ações voltadas para a minimização da necessidade de contato com o dinheiro em espécie dentre várias outras práticas, ganharam destaque, exigindo maior celeridade nos seus processos de digitalização. Nesse sentido, questões como essa citada, que já faziam parte da agenda de inovação do Banco Central do Brasil, não apenas foram aceleradas como ganharam notoriedade, tendo seu principal exemplo no Sistema de Pagamentos Instantâneos (Pix), e conforme o planejamento da própria instituição, culminarão na digitalização da moeda.

Dado este contexto, o presente trabalho, ainda em desenvolvimento, se propõe a investigar as causas que instigaram o Banco Central do Brasil nesta inovação e quais as implicações desta nova dinâmica monetária para a sociedade. Para tanto, está sendo realizada uma revisão da literatura correlacionada de forma a promover uma compreensão do conceito de CBDC. A revisão parte da definição e evolução do conceito de moeda, bem como da trajetória de inovação promovida pelo Banco Central do Brasil, incluindo as propostas de CBDC em discussão e, complementarmente, o contraste das percepções sobre as implicações desta inovação para o contexto brasileiro.

## 2 A MOEDA

Elemento fundamental para o desenvolvimento da sociedade, a moeda, aqui tratada em seu sentido mais amplo, pode ser adequadamente definida como um ativo que combina três funções essenciais: meio de troca, uma reserva de valor e unidade de conta. Ela é um meio de troca quando permite que os agentes econômicos a utilizem para trocar mercadorias por ela com base na convicção de que a poderão trocar por outras mercadorias distintas. A moeda é uma reserva de valor à medida que pode ser armazenada para trocas futuras, conforme interesse de seu proprietário, em teoria, sem perda de valor.

Complementarmente, a moeda assume o papel de unidade de conta dada sua capacidade de servir de parâmetro único para a avaliação e comparação do valor de mercadorias distintas (CARVALHO, 2015).

Historicamente, à medida que o ser humano primitivo passou a ser capaz de produzir mais do que o necessário para sua subsistência, a moeda surgiu da necessidade deste em trocar recursos com outros indivíduos, dadas as limitações da prática de escambo. Ao longo do tempo, essas trocas evoluíram de mercadorias-moeda para moedas metálicas e, posteriormente, para o papel moeda, que consiste em um recibo que assume as características e funções de suas antecessoras (BRASIL, 2021d).

Mais contemporaneamente, com o advento da *internet* e a popularização de aplicativos, os bancos, que já possuíam processos internos de transferências entre seus correntistas, passaram a possibilitar transferências em meio eletrônico, as quais, juntamente com outros mecanismos de pagamento, deram início um processo de digitalização da movimentação de moeda.

Nessa tendência de digitalização, destacam-se duas importantes estruturas econômicas. A primeira, derivada de uma publicação de autor desconhecido, porém autointitulado Satoshi Nakamoto, que propôs uma estrutura monetária baseada em uma cadeia de blocos computacionais criptografados, denominada *Blockchain*, é a criptomoeda, que consiste em ativos digitais que apresentam potencial para utilização como moeda, e se propõe a favorecer a liberdade econômica de seus usuários em detrimento a interesses e manipulações econômicas governamentais. A segunda estrutura, que vem ganhando notoriedade, é a Moeda Digital de Banco Central (*Central Bank Digital Currencies - CBDC*), a qual consiste em um objeto de estudo de Bancos Centrais de diversos países, com a intenção dos Bancos Centrais de digitalizarem suas moedas físicas, ainda que não haja uma definição consensual de um padrão de como ela deva funcionar (OLIVEIRA, 2019).

### 3 CBDC

Como pontuado inicialmente, após a popularização da utilização de meios eletrônicos providos pelos bancos e em paralelo a um cenário de estruturação das criptomoedas, alguns Bancos Centrais começaram a desenvolver estudos sobre o desenvolvimento de moedas digitais geridas e controladas por eles. Nesse contexto, ainda não existe um padrão claro e preciso sobre as diretrizes destes, apresentando diferenças significativas de país para país, de acordo com contextos, necessidades e interesses.

Ainda assim, é possível identificar algumas características básicas para essa nova categoria de moedas. Uma primeira forma de definir estas características é através da estrutura de taxonomia do Dinheiro, denominada *The money flower*, proposta por Bech e Garratt (2017). Essa estrutura, propõe a segmentação dos diversos tipos de moedas, antigas e atuais, de acordo com quatro características dicotômicas, sendo elas: emissor, forma, mecanismo de transferência e acessibilidade. A partir dela, a caracterização da moeda como CBDC exige que ela seja emitida por um banco central e seja transferível de forma descentralizada entre os agentes econômicos. Complementarmente, ela independe do fato de haver ou não intermediação nas transferências, contudo, da margem para a dois modelos de implementação, também definidos pelo mesmo autor: uma Criptomoeda Soberana e uma Moeda Digital Soberana. Enquanto a primeira se baseia em uma estrutura descentralizada, análoga às criptomoedas, a segunda teria a necessidade de intermediação de forma monitorável.

#### 4 AGENDA DE INOVAÇÕES DO BANCO CENTRAL DO BRASIL

Em direção à implementação de uma moeda digital no contexto brasileiro, é perceptível uma tendência inovadora no comportamento do Banco Central do Brasil, consolidada em sua agenda de inovações, a Agenda BC#, uma estrutura de planejamento que se propõe a aliar o desenvolvimento tecnológico à 5 aspectos estratégicos: inclusão, competitividade, transparência, educação e sustentabilidade. Dentro dessa agenda, duas iniciativas de grande notoriedade se mostram intrinsecamente associadas à implantação de uma moeda digital brasileira, que por si só também se enquadra como uma iniciativa da agenda, são elas: o Pix e o *Open Banking*.

Lançado em 2020, o Pix, Sistema de Pagamentos Instantâneos, consiste na iniciativa para aumentar a eficiência e melhorar a experiência nos processos de transferências de recursos e pagamentos em meio digital, através da padronização das transferências de recursos entre instituições financeiras, de forma simples, gratuita (para a pessoa física), instantânea e com disponibilidade 24 horas por dia nos 7 dias da semana. Dentro do contexto de uma moeda digital brasileira, é possível inferir que o Pix é um importante avanço no sentido de estruturar sistema que favorecerá a implantação desta moeda, antecipando o processo de digitalização da função de meio de troca, intrinsecamente associada a uma moeda (BRASIL, 2021c).

O *Open Banking*, Sistema Financeiro Aberto, por sua vez, se trata de uma nova dinâmica no que tange a gestão dos dados dos clientes de serviços financeiros. Essa inovação, estabelece um cenário onde estes clientes passam a ter total controle sobre suas informações bancárias, podendo determinar seu compartilhamento, autorizando ou revogando a permissão para a utilização destes dados conforme lhe for conveniente. Dessa forma, instiga-se mais competitividade ao setor financeiro, uma vez que, com este compartilhamento, as grandes instituições detentoras de uma ampla gama de dados de seus clientes, passarão a ficar em pé de igualdade com qualquer outro concorrente na oferta de um produto ou serviço financeiro (BRASIL, 2021b).

Além do fomento ao desenvolvimento tecnológico, extremamente favorável à digitalização da moeda, uma importante contribuição do *Open Banking* está na iniciação de pagamentos. Tal inovação agregará ao Pix uma maior facilidade de utilização e uma experiência mais fluída e simples na realização de transações financeiras, pela possibilidade de iniciar um Pix sem a necessidade de acesso ao aplicativo da instituição financeira, dentro do próprio ambiente do recebedor ou por ambiente autorizado.

#### 5 MOEDA DIGITAL BRASILEIRA: REAL DIGITAL

Consolidando as inovações destacadas anteriormente, uma terceira, etapa será a efetiva implantação do Real Digital. Essa etapa, como enfatizado pelo próprio Banco Central do Brasil, ainda se encontra em estudo com um grupo de trabalho próprio para o assunto. Este grupo foi criado em agosto de 2020 e vem acompanhando as diversas experiências que estão sendo desenvolvidas em outros países de forma identificar os conceitos que façam sentido para o contexto brasileiro e suas particularidades (BRASIL, 2021a).

Nesse sentido, em 24 de maio de 2021 o Banco Central do Brasil divulgou as diretrizes para o potencial desenvolvimento do Real em formato digital. A partir deste direcionamento, é possível esboçar o formato e as principais características que essa nova versão da moeda assumirá. Destacam-se como objetivos, a promoção da inovação e concorrência de um contexto econômico digitalizado, a redução do uso do dinheiro em espécie e a otimização de pagamentos internacionais, sendo complementado com a potencialidade de reduzir a prática de atividades ilícitas e fomentar a inclusão financeira.

Enquanto diretrizes, propriamente ditas, em relação ao funcionamento o Banco Central destaca a CBDC como uma extensão do Real, ficando o próprio órgão responsável por sua emissão, porém, um ponto que pode ser distintivo no caso brasileiro é a atribuição da custódia e da distribuição ao sistema de pagamentos. No contexto dos pagamentos de varejo, a intenção é a de que estes sejam realizados em meio digital tanto *online* como *offline*, um dos principais desafios a ser abordado. Sobre a aplicabilidade a intenção é a abertura para a utilização em *smart contracts* (contratos inteligentes), *internet of things – IoT* (*internet* das coisas) e dinheiro programável. Por fim, ainda sobre seu funcionamento, o Banco Central não pretende proporcionar remuneração sobre este ativo (BRASIL, 2021a).

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Até a presente etapa de desenvolvimento desta pesquisa, foi possível compreender o que é moeda e a evolução histórica que permitiu que ela alcançasse sua formatação contemporânea, bem como, construir uma melhor compreensão do cenário atual de inovação do sistema financeiro e de sua moeda, através do processo de digitalização. As iniciativas adotadas pelo Banco Central do Brasil mostram-se condizentes com esta intenção e gradualmente delineiam um caminho para o país ter sua moeda digitalizada.

A partir deste contexto, nas etapas seguintes desta pesquisa, se buscará na literatura recente os potenciais desdobramentos da implantação de uma Moeda Digital de Banco Central no Brasil, trazendo elementos percebidos em outros países para o contexto brasileiro com base nas diretrizes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, a expectativa deste trabalho será identificar os principais benefícios e riscos diretos e indiretos na implantação desta nova versão do Real.

## REFERÊNCIAS

BECH, Morten Linnemann; GARRATT, Rodney. Central bank cryptocurrencies. **BIS Quarterly Review**, Bank of International Settlements, 2017. Disponível em: [https://www.bis.org/publ/qtrpdf/r\\_qt1709f.pdf](https://www.bis.org/publ/qtrpdf/r_qt1709f.pdf). Acesso em: 13 jul. 2021.

BRASIL. Banco Central do Brasil. **BC apresenta diretrizes para o potencial desenvolvimento do real em formato digital**. 24 maio 2021. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/detalhenoticia/548/noticia>. Acesso em: 25 jul. 2021.

BRASIL. Banco Central do Brasil. **Open banking**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/openbanking>. Acesso em 13 jul. 2021.

BRASIL. Banco Central do Brasil. **Pix**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/pix>. Acesso em: 13 jul. 2021.

BRASIL. Casa da Moeda do Brasil. **Origem do dinheiro**. Disponível em: <http://www.casadamoeda.gov.br/portal/socioambiental/cultural/origem-do-dinheiro.html>. Acesso em: 30 jun. 2021.

CARVALHO, Fernando J. Cardim de. **Economia monetária e financeira: Teoria e Política**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015. 9788595154896. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595154896/>. Acesso em: 05 ago. 2021.

OLIVEIRA, Victor Augusto de Almeida Oliveira. **Moeda eletrônica do Banco Central:** uma introdução. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2019. Disponível em: [https://teses.usp.br/teses/disponiveis/96/96131/tde-16082019-093744/publico/VictorAAOliveira\\_Original.pdf](https://teses.usp.br/teses/disponiveis/96/96131/tde-16082019-093744/publico/VictorAAOliveira_Original.pdf). Acesso em: 30 jun. 2021.